

EDITORIAL

Este número de África(s) traz consigo artigos pautados nas reflexões em torno da Filosofia e nas suas muitas acepções presentes no continente africano. É, portanto, um número bastante significativo, pois chama para si o debate em torno do que significa filosofia, ou filosofar. Afinal de contas, há uma filosofia africana? Existem filósofos em África?

Comitê Editorial Executivo

Alexandre Antônio Timbane
Ivaldo Marciano de F. Lima

Estas perguntas não são destituídas de sentido, posto que no Brasil existe uma corrente de intelectuais que afirma haver uma filosofia una e homogênea em África, mas atribui à mesma formatos e características que talvez não sejam aceitas por quem efetivamente reivindica para si a condição de filósofo. A filosofia feita em África possui as marcas dos seus muitos povos que constituem culturas e experiências diversas, expressas pelas muitas línguas faladas no continente, e, por conseguinte, trazem consigo estas diferenças na sua tessitura. Talvez, portanto, seja mais razoável nos referirmos às múltiplas filosofias africanas, deixando claro que estas nada têm de extemporâneo quando dispostas em comparação com outras escolas existentes nos demais continentes.

Não há aqui, seja pelos organizadores deste dossiê ou por seus autores, uma reivindicação de que a filosofia africana seja superior ou melhor do que aquela supostamente existente em outros espaços. O que se faz em África é o mesmo que em outros espaços, qual seja, utilizar a razão e seus procedimentos para responder às necessidades cotidianas, como também refletir sobre os eventos e fenômenos que se apresentam sob as formas mais diversas. Este número de África(s) oferece, portanto, algumas questões possíveis de serem levantadas quando entabulamos elementos sobre os modos como compreendemos África, seus eventos e fenômenos.

Editor-Gerente
[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

É preciso refletir sobre como pensar os Estudos Africanos na contemporaneidade, em meio a um processo de avanço das tendências que preconizam por perspectivas a priori, ou por modos de compreensão balizados em essências, como se houvessem dimensões do fazer ou pensar lastreados por mecanismos sólidos, rígidos, a exemplo daqueles que veem nas práticas e costumes culturais algo dotado de uma origem possível de ser encontrada, e passível de ser transportada de um espaço para outro. Seria possível encontrar a origem de uma dada prática ou costume? Ou mesmo achar que esta é passível de ser transportada de um espaço para outro, como se os sentidos e significados fossem estanques, fixos e cristalizados?

Como imaginar o continente africano diferente do que ele é, ou seja, plural, povoado por homens e mulheres dispostos em diferentes espaços, com inúmeras línguas e palmilhado de contextos complexos, com infinitas minudências e especificidades diversas? É razoável querer entender África sob o escopo de um conceito que se baseia numa suposta essência que define os sujeitos e os torna tributários de algo extemporâneo, infenso ao fazer e à construção sócio-histórico cultural?

Aliás, como refletir sobre um evento e/ou fenômeno quando se tem uma resposta a priori, como é o caso de quem se reconhece portador de uma verdade a ser descoberta, ou dos que se veem como dotados de uma missão que irá salvar o mundo, ou ao menos impor a este os seus valores, ideias, costumes, modos de ver e entender as coisas?

Eis a questão! Atualmente, ao menos no âmbito das academias brasileiras, há considerável número de problemas, alguns graves sopesando as questões alusivas ao método científico e a pesquisa, que colocam determinadas certezas na condição de dogmas, verdades absolutas e inquestionáveis. Dessa maneira, empurram, ou marginalizam, os que se colocam no campo da dúvida e da incerteza para o lugar dos atrasados, cartesianos e algo do tipo. Tal reflexão também vale para os que tomam a filosofia ou filosofias existentes em África como algo dotada de uma extemporaneidade ímpar.

Importa considerar que uma prática ou costume cultural se constitui de um sem número de composições que são operadas no momento em que é utilizada por um indivíduo. Achar que uma determinada prática possui uma origem é acreditar que o fazer é passível de repetição, como se a vida e a história possuíssem sentidos a priori, e, por conseguinte, acontecessem numa perspectiva linear. Nessa ordem, os eventos, por assim dizer, são dotados de um começo, meio e fim, e a vida é regida por um sentido marcado por um suposto destino. É possível pensar desta forma? Mas, por que estou a me referir a estas questões? Bem, digamos que esta discussão diz respeito a uma tentativa de mostrar que as práticas e os costumes culturais, mesmo que compostos por elementos supostamente vindos de outros espaços, são ressignificados e incorporados a algo novo, com sentidos e motivações bem diferentes. Logo, não se pode atribuir

uma condição de “africano” para algo que é criado, inventado e utilizado em um país situado na América do Sul, neste caso, o Brasil.

Em que pese os modos como devemos compreender o continente africano, importa destacar que os usos e abusos do adjetivo pátrio “africano” não fazem muito sentido, isto se o objetivo for compreender de forma amiúde seus povos, homens e mulheres. Quem nasce em África é africano? Bem, digamos que de forma genérica, sim, mas isto nem de longe nos permitirá compreender as diferenças entre os balantas, fulas, mandjakus e papéis, em se tratando do contexto da Guiné-Bissau, por exemplo. África, portanto, é uma referência e um bom começo, mas a partir daí as incertezas ganham corpo e forma. Não há nada mais diferente do que um homem nascido na Guiné-Bissau de outro que veio ao mundo no que hoje nomeamos por Moçambique, e ao que me parece, isto não é nenhuma novidade para aqueles e aquelas que neste exato momento estão levando suas vidas nos muitos países dispostos do outro lado do oceano Atlântico.

Logo, nada melhor do que o lastro da filosofia para compreender os inúmeros aspectos dispostos nas várias culturas existentes em África. Sim, tudo o que há neste continente pode ser, de algum modo, considerado africano, mas o que existe em Angola pode não haver em Ruanda ou Botswana, ou o que há na Etiópia pode ser desconhecido em Zâmbia. É razoável, portanto, considerar África como um continente plural. Creio que não há como proceder, a menos que se queira repetir dogmas e declarar que os homens e mulheres de África são dotados de uma condição extemporânea, diferentes dos seus iguais nascidos na Ásia, Europa ou Américas.

Por fim, e não menos importante, a terceira questão levantada sobre como refletir acerca dos eventos e fenômenos, é a que sofre maior prejuízo quando praticada sob o signo da certeza.

Ao longo destes quase treze anos em que exerço a condição de docente e pesquisador na Universidade do Estado da Bahia, já ouvi vários discursos que indicam parte dos problemas vividos pela comunidade científica brasileira. Já ouvi frases que colocavam o cristianismo como uma religião “branca” e “europeia”, mesmo sabendo que esta é tributária de um homem nascido em um espaço geográfico vizinho ao Egito - Jesus Cristo, o homem sobre o qual depositam a responsabilidade de ter lançado as bases para esta religião. Vale lembrar que o cristianismo nasceu em uma região vizinha ao que hoje nomeamos por África. E por acaso, há uma significativa fortuna crítica que mostra a existência de comunidades cristãs na região norte do que hoje nomeamos por África ainda nos primórdios da era comum (OLIVER, 1994; M'BOKOLO, 2009; MEREDITH, 2017). Em uma seleção para vagas em um programa de pós-graduação, em que ocupei o lugar de avaliador, ouvi de um dos candidatos a máxima de que o cristianismo foi levado para a África pelos brancos europeus, e estes, para completar a

informação, chegaram ao continente na condição de conquistadores impiedosos, impondo a escravidão que até então inexistia naquelas terras. Tais questões merecem ampla reflexão.

Ora, é possível se deparar diante de um fenômeno e conhecê-lo sob os aportes de uma certeza a priori? Eu diria que a condição do cientista e do filósofo pedem, exigem, a segurança da dúvida e da incerteza, pois o conhecimento é tributário de um caminho em que observação, dúvida, reflexão e análise são partes primordiais deste processo.

Enfim, para este número de África(s) o leitor e a leitora têm em mãos um rico dossiê formado por seis artigos que discutem questões diversas, e que serão devidamente apresentados no texto que segue este editorial. Seus organizadores, Cristian Arão Silva de Jesus e Manuel Cochole Paulo Gomane nos presenteiam com um belo e, ao mesmo tempo, profícuo texto em que apresentam os seis artigos que integram este dossiê. O título deste já vale a leitura: “Filosofia feita na África ou filosofia africana?” Ora, o questionamento é o primeiro procedimento, básico para alguém que se propõe a desvendar os enigmas de um dado evento ou fenômeno.

Os outros dois artigos, advindos do fluxo contínuo de submissões a este egrégio periódico, trazem consigo aspectos sobre questões distintas. O primeiro, intitulado “O país masa encarando a globalização: evolução da percepção da brutalidade sexual e a violência doméstica no século XXI”, de autoria dos ilustres Alain Djarsoumna e Aron Bagoydi, discute acerca dos problemas vividos por um dos povos que vivem entre os Camarões e o Chade, e que vivenciam os contextos da violência doméstica em pleno século XXI. Ao que parece, estes autores tomam a envergadura de enfrentar o senso comum e indicar que este tipo de violência está longe de constituir algo natural, e que deve ser analisada sob o escopo de uma construção que pode sim ser desconstruída.

O segundo artigo, intitulado “A narrativa da Folha de São Paulo sobre imigrantes congolezes na cidade do Rio de Janeiro: uma análise do período entre 2005 e 2010”, de autoria de Felipe Antonio Honorato e Valéria Barbosa de Magalhães, discute sobre os modos e formas como o jornal Folha de São Paulo apresenta (e representa) nas matérias publicadas em suas páginas os homens e mulheres congolezes que vivem na cidade do Rio de Janeiro. Tomando como lastro a metodologia da análise de valência (MAV), os autores sugerem que os sentidos destas matérias, quando existem, são dotados de juízos de valor que não ajudam seus leitores e leitoras a disporem de uma melhor compreensão das vidas destas pessoas, que em sua maioria fugiram do seu país de origem em decorrência da guerra. Isto, ao que parece, indica que a construção da homogeneidade e da ausência de elementos positivos para África é algo que se retroalimenta dia sim, dia também...

Enfim, ao leitor e à leitora os votos de uma boa leitura e que estas páginas sirvam como auxílio à necessária reflexão sobre uma África que em todos os sentidos se mostra plural, heterogênea, e se abre em sua multiplicidade de culturas, modos de fazer, pensar, agir...

Referências:

M'BOKOLO, Elikia. **África negra. História e civilizações – Tomo I (até o século XVIII)**. Salvador/ São Paulo: EDUFBA/ Casa das Áfricas, 2009.

MEREDITH, Martin. **O Destino da África. Cinco Mil Anos de Riquezas, Ganância e Desafios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

OLIVER, Roland. **A experiência africana – da pré-história aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Ivaldo Marciano de França Lima

Editor geral